



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
PREFEITURA DO CAMPUS

PROJETO BÁSICO

1- IDENTIFICAÇÃO

Nome do Projeto: Serviço de Emissão de Laudos de Avaliação de Imóveis
Instituição Proponente: Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA
CNPJ: 05.200.001.0001-01

2- OBJETIVO

Este projeto básico tem como objetivo prover as especificações técnicas e estabelecer as normas gerais e específicas referentes à prestação do Serviço de Emissão de Laudos de Avaliação de Imóveis, para a Universidade Federal Rural da Amazônia, visando à instruir procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada no ramo, considerando o disposto na Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 e alterações e na Lei 8.666/93 e alterações.

3- OBJETO

O presente projeto básico tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação do Serviço de Emissão de Laudos de Avaliação de Imóveis, em modelo completo, conforme NBR 14653, para atender à Universidade Federal Rural da Amazônia.

4- JUSTIFICATIVA

A UFRA, na qualidade de Instituição Federal de Ensino Superior, está obrigada por força legal a manter base de dados atualizada contendo a avaliação de seus bens imóveis (levantamento patrimonial). Entretanto, nossa Instituição não dispõe de pessoal técnico devidamente qualificado, em número suficiente, para realizar tal tarefa. Assim, necessário se faz a contratação de empresa especializada que emita os laudos de avaliação destes imóveis, fornecendo assim os dados consistentes que possibilitarão a realização dos lançamentos contábeis pertinentes nos sistemas informatizados do Governo Federal. Trata-se, por tanto, de ação em estrita observância ao princípio da legalidade.

5- ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. ESTRATÉGIA PARA IMPLANTAÇÃO

5.1.1. Os serviços serão executados parceladamente, a medida que forem solicitados através de ASs - "Autorizações de Serviço", que serão emitidas conforme as necessidades e conveniência da Instituição.

5.1.2. Serão emitidas tantas ASs quantas forem necessárias ao fiel cumprimento do contrato, até o limite máximo de valor estabelecido na licitação. Não há o compromisso da Instituição em utilizar o quantitativo total informado, de vez tratar-se de quantitativo estimativo.

5.1.3. Os serviços deverão iniciar imediatamente após o recebimento de cada Autorização de Serviço, sendo admitido o prazo estimativo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data de recebimento de cada AS, para a entrega dos respectivos laudos de avaliação.

5.2. Os serviços serão executados nos imóveis localizadas nos diversos Campi e Unidades Descentralizadas da UFRA, nos endereços a seguir relacionados, com observância das condições e prazos estabelecidos neste projeto básico, correndo por conta do contratado, as despesas com os deslocamentos de seus profissionais, quando necessário:

1- Campus da UFRA no município de Belém, situado à Av. Pres. Tancredo Neves, nº 2501, bairro da Terra Firme, CEP: 66.077-530.

2- Campus da UFRA no município de Paragominas, situado à Rodovia PA-256, Km 6, Bairro da Nova Conquista, CEP 68.627-451.

3- Campus da UFRA no município de Capitão Poço, situado à Av. 29 de dezembro, s/nº, Bairro Vila Nova – Centro, CEP 68.650-000.

4- Campus da UFRA no município de Parauapebas, situado à Rua A, Quadra Especial Ceup, s/nº, CEP 68.515-000.

5- Campus da UFRA no município de Capanema, situado na Estrada Tauari Capanema, s/nº, bairro da Caixa D'água, CEP 68.700-000.

6- Campus da UFRA no município de Tomé Açu, situado na Rodovia PA 140, Km 3, na localidade Açaisal, CEP 68.680-000.

7- Estação Experimental da UFRA no município de Castanhal, situada à Rodovia BR316, Km 57, Ramal da Boa Vista, Km 4,5, CEP 68.745-000.

8- Fazenda Escola da UFRA no município de Igarapé Açu, situado Av. Barão do Rio Branco, s/nº, bairro da Coreia, CEP 68.725-000.

9- Estação Experimental da UFRA no município de Salinópolis, situado na localidade de Cuiarana (Itapeua), 3Km da PA-124.

5.3. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela boa execução dos serviços, instruindo seus empregados a realizar os tratamentos interpessoais com urbanidade e bom nível de educação. E também, pela guarda, zelo e o bom uso do material e equipamentos colocados à disposição de seus funcionários para o desempenho de suas atividades. Zelar pela segurança pessoal e coletiva,

utilizando equipamentos próprios quando da execução dos serviços, inclusive EPIs.

5.4. O resultado esperado pela prestação do serviço, é a apresentação dos laudos de avaliação, que deverão ser formalizados em modelo completo, com graus de fundamentação e precisão explicados e atendendo a todas as exigências da NBR 14.653 da ABNT.

5.4.1. Cada laudo de avaliação deverá ser composto de no mínimo: relatório de avaliação, planta baixa do imóvel, planilha orçamentária do custo de reprodução da obra e relatório fotográfico.

5.4.2. A planilha orçamentária do custo de reprodução da obra, do imóvel avaliado, deverá ser entregue, também, em mídia eletrônica, com a planilha ativa.

5.5. O método a ser utilizado na confecção dos laudos de avaliação dos prédios deverá ser o de quantificação de custo. Deverá ser utilizada metodologia científica padronizada no cálculo do custo de reprodução das benfeitorias e na posterior subtração do valor relativo à depreciação física (em função do estado de conservação do imóvel), culminando na apuração do custo da reedição, conforme previsto no item 8.3.2 da NBR 14.653-1 e detalhado no item 8.3.1 da NBR 14.653-2, ambas da ABNT.

5.5.1. Preferencialmente deverá ser utilizado o processo do orçamento detalhado no cálculo do custo de reprodução, conforme item 8.3.1.2 da NBR 14.653-1, em função da maior confiabilidade e qualidade que o cálculo feito através do CUB - Custo Unitário Básico para a construção civil. Este orçamento deverá ser baseado nas definições contidas na NBR 12.721 da ABNT.

5.5.2. Preferencialmente, como fonte de custos de insumos a serem utilizados na formação dos orçamentos detalhados, deverá ser utilizada a Planilha PCI.817.01, mais atual – abrangência Belém, Custo de Composições Sintético, do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, da Caixa Econômica Federal.

5.6. Os laudos deverão ser assinados por profissional de engenharia ou arquitetura, habilitado conforme preceitua a NBR 14.653 e suas partes, impressos em papel A4 e encadernados individualmente, e também, na forma digitalizada, em mídia compatível, tipo CD.

5.7. Havendo apontamento de inconformidades ou imperfeições, após a análise da fiscalização, será dado prazo de 48 horas para as devidas correções.

5.8. O laudo deverá ser acompanhado da respectiva ART quitada, sem ônus adicionais para a UFRA.

6 - RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

6.1. Caberá ao contratado, além do cumprimento às disposições da Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 e alterações, da Lei 8.666/93 e alterações, da Lei 10.520/2002, no Decreto Federal nº 5.450/2005, da NBR 14653 e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados:

6.1.1. Responder com relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços.

6.1.2. Responder pelos danos causados diretamente a UFRA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela UFRA.

6.1.3. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da UFRA.

6.1.4. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

6.1.5. Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.

6.1.6. Prover fácil canal de comunicação entre o representante da UFRA (fiscal do contrato) e o representante da contratada, visando agilidade no atendimento de reivindicações na solução de problemas relativos ao contrato.

6.1.7. Comunicar à UFRA, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

6.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.

6.1.9. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a UFRA.

6.1.10. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da UFRA.

6.1.11. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados aos serviços, originalmente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência.

6.1.12. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais.

6.1.13. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da contratante, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados.

6.1.14. Arcar com todas as despesas de deslocamento de seus funcionários quando da execução das necessárias vistorias técnicas aos imóveis.

7 – DAS SANÇÕES

7.1. O contratado será punido com o registro de inidoneidade no SICAF, ficando impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e demais cominações legais, nos seguintes casos:

7.1.1. apresentação de documentação falsa.

7.1.2. retardamento da execução do objeto.

7.1.3. falhar na execução do contrato.

7.1.4. fraudar na execução do contrato.

7.1.5. comportamento inidôneo.

7.1.6. declaração falsa.

7.1.7. fraude fiscal.

Obs. Entenda-se por comportamentos inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

7.2. Para condutas descritas no item 7.1.1 será aplicada multa de no máximo 30% do valor do contrato.

7.3. Para condutas descritas nos itens 7.1.2 e 7.1.3, será aplicada multa nas seguintes condições:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços, até no máximo de 30% (trinta por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

b) até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato ou de descumprimento de obrigação contratual.

c) 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

d) conforme graus e condutas dispostas nas tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,20% do valor mensal do contrato
2	0,40% do valor mensal do contrato
3	0,80% do valor mensal do contrato
4	1,60% do valor mensal do contrato
5	3,20% do valor mensal do contrato
6	4,00% do valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	06
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	05
	Para os itens a seguir, deixar de:	
03	Apresentar formalmente à Prefeitura do Campus da UFRA, no momento da assinatura do contrato, o funcionário regular, nomeado especialmente a gerenciar de forma personalizada todos os contatos entre a UFRA e sua empresa.	01
04	Responder (Gerente da Conta) de forma satisfatória as solicitações formais da fiscalização no prazo máximo de 24 horas.	01
05	Cumprir quaisquer dos itens do edital da licitação originada por este projeto básico e seus anexos, previstos ou não, nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	01
06	Cumprir quaisquer dos itens do edital da licitação originada por este projeto básico e seus anexos, previstos ou não nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização, por item e por ocorrência.	02

7.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado.

7.4.1. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o contratado obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.4.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado à contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

8 - ESTIMATIVA DE DEMANDA

8.1. O Anexo I a este TR contém as relações com os imóveis pertencentes à UFRA, separados por Campi e demais Unidades Descentralizadas, contendo a denominação, a área construída e o ano de construção, a fim de subsidiar a correta avaliação do preço do serviço, permitindo assim a elaboração justa de proposta.

8.2. Esta demanda estimativa de serviço a ser contratado, servirá somente de subsídio (estimativa) aos licitantes na formulação de suas propostas, não constituindo, portanto, qualquer compromisso futuro pela UFRA.

•9 - VALOR DO SERVIÇO

9.1. O valor estimado para pagamento pelo serviço é de R\$ 236.340,80 (duzentos e trinta e seis mil, trezentos e quarenta reais e oitenta centavos), obtido através do preenchimento de planilha orçamentária, que é baseada nas condições estabelecidas no “Regulamento de Honorários” emitido pelo IAPEP – Instituto de Avaliações e Perícias de Engenharia do Pará e IBAPE-PA – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, a saber:

Remuneração mínima de 6HTP para emissão de parecer	
O valor de R\$136,00 (cento e trinta e seis reais) para a HTP – Hora Técnica Profissional mínima para a cidade de Belém	
Para as atividades desenvolvidas nos municípios do interior do Estado, o valor para a HTP fica acrescido de 30%, restando em R\$176,80 (cento e setenta e seis reais e oitenta centavos) (vide art. 10º, do Regulamento de Honorários do IBAPE-PA).	
Para imóveis de até 300 m ²	fica estabelecida a remuneração de 6 HTP
Para imóveis entre 301 e 500 m ²	fica estabelecida a remuneração de 9 HTP
Para imóveis entre 501 e 1.000 m ²	fica estabelecida a remuneração de 12 HTP
Para imóveis entre 1.001 e 2.000 m ²	fica estabelecida a remuneração de 15 HTP
Para imóveis entre 2.001 e 3.000 m ²	fica estabelecida a remuneração de 20 HTP
Para imóveis acima de 3.001 m ²	fica estabelecida a remuneração de 40 HTP

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA

ITEM	SERVIÇO	QTDE. HHT	VALOR UNITÁRIO EM REAIS (R\$)	TOTAL EM REAIS (R\$)
1	Belém	1106	136,00	150.416,00
2	Capitão Poço	57	176,80	10.077,60
3	Paragominas	60	176,80	10.608,00

4	Parauapebas	78	176,80	13.790,40
5	Capanema	63	176,80	11.138,40
6	Tomé Açu	18	176,80	3.182,40
7	Castanhal	54	176,80	9.547,20
8	Igarapé Açu	135	176,80	23.868,00
9	Cuiarana	21	176,80	3.712,80
Preço Total				236.340,80

10. DA PROPOSTA

10.1. A metodologia aplicada para o julgamento da melhor proposta para a Administração levará em consideração o valor unitário ofertado para o homem/hora trabalhado (HHT) e a previsão do quantitativo por localidade em que será efetuado o trabalho, baseado nas relações dos prédios, anexo I deste projeto básico, combinados da forma apresentada na tabela a seguir.

10.2. As propostas deverão obrigatoriamente apresentar:

10.2.1. O preço global correspondente ao somatório da planilha orçamentária, que representa o valor total do contrato. Este é o valor a ser ofertado no sistema.

10.2.2. A Planilha Orçamentária preenchida, na forma apresentada a seguir :

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	SERVIÇO	QTDE. HHT	VALOR UNITÁRIO EM REAIS (R\$)	TOTAL EM REAIS (R\$)
1	Belém	1106		0,00
2	Capitão Poço	57		0,00
3	Paragominas	60		0,00
4	Parauapebas	78		0,00
5	Capanema	63		0,00
6	Tomé Açu	18		0,00
7	Castanhal	54		0,00
8	Igarapé Açu	135		0,00
9	Cuiarana	21		0,00
Preço Total				0,00

11 – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO

Serão exigidos dos licitantes os documentos e condições a seguir elencadas:

11.1. Comprovação de capacidade técnica da empresa licitante ou de seu responsável técnico, para objeto semelhante em características ao objeto deste projeto básico.

11.1.1. Esta comprovação significa que o licitante dispõe na data prevista para entrega das propostas, de profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes às do objeto ora licitado.

11.1.2. A capacidade técnica será comprovada mediante a indicação dos profissionais adequados (Engenheiro Civil ou Arquiteto) e que estarão disponíveis para a realização do objeto da licitação, com a comprovação da habilitação e qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

11.1.3. Para compor a equipe técnica, os licitantes poderão se valer dos profissionais de seu quadro permanente ou profissionais alocados especificamente para o cumprimento do objeto contratual.

11.1.3.1. A vinculação dos profissionais deverá ser demonstrada por meio da apresentação de comprovantes de que sua equipe técnica está regularmente integrada em seu quadro permanente de empregados, na data prevista para recebimento das propostas, através da apresentação de cópia da ficha de registro de empregado, autenticada junto a DRT (Delegacia Regional do Trabalho) e da carteira de trabalho e previdência social – CTPS ou, em se tratando de sócio, apresentar contrato social devidamente registrado, ou em se tratando de profissional autônomo, deverá ser apresentada cópia do contrato de prestação serviço, ou em se tratando de diretor, o vínculo será demonstrado mediante apresentação da respectiva ata de eleição.

11.1.3.2. No caso da equipe técnica não pertencer ao quadro regular de empregados do licitante, a vinculação dos profissionais deverá ser demonstrada por meio da apresentação de declaração de compromisso dos profissionais a serem agregados ao trabalho, dispondo-se à sua execução ao longo do período que vier a ser estabelecido no Contrato a ser firmado com a Universidade Federal Rural da Amazônia.

11.1.4. A comprovação será feita por meio de atestados de capacidade técnico-operacional fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com a identificação da empresa ou órgão fornecedor, emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas e assinados por quem tenha competência para expedi-los. Não serão admitidos atestados fornecidos por pessoa física.

11.1.5. Os documentos devem conter todos os dados necessários à perfeita caracterização dos requisitos a serem comprovados.

11.1.6. Os atestados apresentados devem ser, obrigatoriamente, certificados pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - ou transcritos de seu acervo.

11.1.7. A Universidade Federal Rural da Amazônia se reserva o direito de confirmar a veracidade das informações prestadas.

11.2. Prova de registro e de situação regular junto ao CREA do domicílio ou sede da empresa licitante e de seus responsáveis técnicos.

11.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do licitante, que seja pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.4. Inscrição no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF com documentação obrigatória e habilitação parcial válidos no sistema, que comprove possuir os requisitos mínimos de qualificação a serem exigidos no Edital.

11.5. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do item 7.1., inc. IV, da Instrução Normativa MARE nº 5/95 e do art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93.

11.6. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

11.7. Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, fretes, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e seguro até o destino, despesas com instalação e teste, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título.

11.8. Declaração de elaboração individual de proposta.

11.9. Atestado de Visita Técnica, emitido pelo licitante e assinado pela UFRA, na forma do inc. III, do art. 30, da Lei 8.666/93 e em obediência ao inciso IV, do art. 19, da IN MPOG 02/2008.

12. CONSIDERAÇÕES GERAIS

12.1. A licitação deverá ser realizada na modalidade tomada de preços, do tipo menor preço, nos termos da Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 e alterações e na Lei 8.666/93 e alterações.

12.2. Poderá ser exigida a apresentação de tabelas contendo a composição dos custos unitários do licitante, caso haja dúvidas quanto à confiabilidade dos valores do item, em comparação com os de mercado.

12.3. Serão desclassificadas as propostas que contenham vícios ou ilegalidades; que não atendam as exigências do Edital e seus anexos ou imponham condições não previstas no mesmo; que sejam omissas, vagas quanto ao preço e forma de pagamento ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento; que apresentem preço ou vantagem baseados nas ofertas dos demais licitantes; que apresentem preços unitários e globais manifestamente inexequíveis ou simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ainda que o Edital não tenha estabelecido limites mínimos e que apresentarem preços que não vierem a comprovar sua exequibilidade em relação ao preço.

12.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no COMPRASNET - CATMAT e as especificações constantes neste projeto básico, prevalecerão as deste projeto básico.

12.3. Deverá ser realizada Visita Técnica às instalações do Campus Belém da UFRA, para que os interessados possam tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste projeto básico, em atenção ao estabelecido no art. 30, inc. III, da Lei 8.666/93 e em obediência ao inciso IV, do art. 19, da IN MPOG 02/2008.

12.3.1. As visitas deverão ser realizadas até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para abertura da licitação e deverão ser agendadas com antecedência de pelo menos 24 horas pelo telefone 3210.5159 ou e-mail prefeitura@ufra.edu.br.

12.3.2. O interessado deverá trazer o Atestado de Visita Técnica preenchido (conforme modelo no anexo IV), juntamente com seu credenciamento, no momento da visita, para que o responsável pela Prefeitura do Campus firme sua assinatura.

12.3.3. A “Visita Técnica” deverá ser realizada obrigatoriamente pelo Responsável Técnico da empresa, devidamente credenciado, através de carta de apresentação e da Cédula de Identidade Profissional.

12.5. Não será exigida a realização de Visita Técnica às instalações dos Campi e Unidades Descentralizadas da UFRA, entretanto nada impede que os interessados a realizem, a fim de tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Termo de Referência.

12.5.1. As visitas poderão ser agendadas com antecedência de pelo menos 24 horas pelo telefone 3210.5159 ou e-mail prefeitura@ufra.edu.br.

12.6. Como condição para celebração do contrato, a UFRA fará consulta prévia obrigatória ao CADIN – Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e, mesmo estando adjudicado o objeto e homologado o procedimento, deixará de contratar o licitante vencedor, caso seja constatada a existência de registro de débito relativo a contribuições e/ou tributos federais, em pesquisa a ser realizada após a homologação da licitação, conforme estabelece o art. 6º, inciso III, da lei nº 10.522/2002.

12.7. Antes da assinatura do Contrato será verificada pela UFRA, por meio de consulta “on line” ao SICAF, a comprovação da regularidade do cadastramento e habilitação parcial do licitante vencedor, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao processo.

12.8. Caso o licitante vencedor não apresente situação regular no SICAF e/ou no CADIN, no ato de assinatura do Contrato, será convocado outro licitante para celebrá-lo, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.